

# **Conferência Intermunicipal de Desenvolvimento reúne municípios da região Serramar**

A 1ª Conferência Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Região Serramar, realizada nesta quarta-feira (26), na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, na Praça Cruzeiro, reuniu representantes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá, além do ICMBio, Governo do Estado do Rio, Emater-Rio, produtores rurais, entre outros. O evento é uma realização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e contou com apoio da FIOCRUZ, FLACSO BRASIL e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Um dos objetivos da Conferência foi estabelecer as diretrizes e definir as prioridades – de forma participativa – para a construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Região Serramar.

Ao longo do dia, foram montados grupos de trabalho para debater e fazer as apresentações das propostas eleitas pelo grupo para atender às demandas do meio rural da região Serramar. A conferência se consolidou como um espaço de diálogo, construção coletiva e valorização da voz daqueles que fazem da agricultura familiar um pilar essencial da sociedade. Os grupos de debates foram conduzidos por uma comissão formada por representantes de cada município e de entidades que estiveram presentes.

Entre as pautas debatidas, destacaram-se as mudanças climáticas, transição agroecológica, reforma agrária, bem-estar e cidadania no campo, além de criação de políticas públicas efetivas para melhorar as condições do agricultor.

“São muitos os desafios dos municípios da região para encontrar soluções coletivas para o desenvolvimento rural de forma sustentável e solidária. Mas estamos trabalhando para chegar num caminho que beneficie a toda região”, afirmou o secretário de Agricultura de Rio Bonito, Eduardo Marmo.

Os debates dos grupos de trabalho se basearam em cinco eixos: o Papel da agricultura familiar frente às mudanças climáticas; Transformação agroecológica dos sistemas alimentares e fortalecimento da agricultura familiar; Reforma agrária e promoção da proteção do direito à terra e ao território; Cidadania e Bem Viver; e Estado, participação popular e governança das políticas públicas para o desenvolvimento Rural.

No final do evento aconteceu a plenária de apresentação, avaliação e aprovação das propostas que foram debatidas pelos grupos de trabalho, além da eleição dos 15 delegados que irão debater essas problemas durante a Conferência Estadual, que acontece em dezembro.

## **Eixo 1: Papel da agricultura familiar frente às mudanças climáticas**

### **Propostas:**

1. Implementação do código florestal (reflorestamento das matas ciliares e mananciais) e ampliação do pagamento por serviços ambientais aos produtores rurais;
2. Incremento da educação básica, escolas técnicas agropecuárias em áreas rurais e cursos técnicos em agroecologia, cursos superiores nas áreas agrárias próximas aos núcleos rurais e incentivo a fixação dos jovens no campo por meio do pagamento de bolsas de capacitação técnica na área agrária.
3. Sistematizar as experiências dos produtores para monitoramento das mudanças climáticas, intensificar a assistência técnica especializada em agroecologia e fomentar a

participação feminina nesta assistência para um atendimento diferenciado às agricultoras com no mínimo 1 mulher por escritório local da ATER(estímulo ao plantio direto, SAF, agricultura de precisão);

4. Implementar e difundir o programa de irrigação para pequenos produtores rurais (PRONISAF)

**Eixo 2: Transformação agroecológica dos sistemas alimentares e fortalecimento da agricultura familiar**

**Propostas:**

5 - Criação de unidades de beneficiamento e entrepostos para agregar valor a produção local;

6 - Incentivar a criação ou revitalização de associações para facilitar o acesso do produtor a venda para merenda escolar;

7 - Apoio financeiro e fomento/fortalecimento de órgãos de pesquisa e extensão rural com a promoção de concursos públicos;

8 - Criação do Mercado do Produtor Rural Municipal ou Casa do Produtor Rural agroecológica;

9 - Implementação da política de desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e produção orgânica do estado do Rio de Janeiro (PEAPO), através do repasse de 2,5% do Fundo estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) e/ou Fundo estadual de Combate à Pobreza(FECP) segundo a Lei ordinária 8.625/2019.

**Eixo 3: Reforma agrária e promoção da proteção do direito à terra e ao território**

**Propostas**

10 - Investir em infraestrutura rural sustentável: melhoria das estradas, eletricidade a partir de fontes renováveis, iluminação pública nas áreas rurais e internet para que os jovens possam ter acesso a capacitação à distância.

11 - Criar estratégias de combate à violência no campo com a instalação de DPOs nas áreas rurais.

12 - Reestruturação dos órgãos públicos para extensão rural, assistência técnica, fiscalização e pesquisa. Com essas ações garantimos a proteção da terra e da água nas propriedades rurais.

13 - Criar políticas públicas que incentivem o manejo sustentável valorizando o produtor agroecológico, promovendo a conservação da biodiversidade e garantindo o acesso à água potável e a irrigação.

**Eixo 4: Cidadania e Bem viver no campo, florestas**

**Propostas:**

- 14. Campanha de promoção do produtor rural como ator principal da segurança alimentar e da saúde (Projeto Farmácia Viva) unificando conhecimentos e ações entre os municípios.

- 15-Melhorar o acesso a equipamentos agrícolas com redução da burocracia e ampliar o valor do crédito para juventude rural e mulheres do campo.
- 16-Criação de Comitês que realizem o mapeamento e identificação das informações referentes a população rural para sistematização resultando na elaboração e promoção de políticas públicas, ações e serviços.
- 17-Apoio e orientação na emissão de notas fiscais para produtores com baixos índices de escolaridade, sinal de internet precário e em áreas de difícil acesso.

**Eixo 5: Estado, participação popular e governança das políticas públicas para o desenvolvimento rural**

**Propostas:**

18- Rever as normativas do PNAE/PAA, dando prioridade de venda para os produtores locais, produtores que sejam vizinhos limítrofes e, posteriormente, os produtores das regiões imediatas do IBGE.

19- Propor que sejam criados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e que em sua estruturação sejam deliberativos com alternância de gestão entre poder público e sociedade civil.

20-Implementar a capacitação de programas de assessoria para organizações de base na área rural e para os conselheiros.

21- Incentivar festividades e eventos para promoção de produtos locais e regionais.

**Relação dos Delegados e suplentes**

- 1- Débora Alves Gonzaga da Silva Ballesteiro
- 2-Wilson Luiz Nicodemos
- 3 – Maria Inês da Silva Bento Miguel
- 4 – José Carlos de Souza Rocha
- 5 – Renan Siqueira de Souza

**Suplentes:**

- Tassia Azevedo Silva  
Roberta Leocadio Dias

**Relação de Delegados e Suplentes do Poder Público:**

- Emanuel da Silva Gomes  
Andrielli Mendonça de Souza  
Severino José Galdino  
Monica da Silva Bicudo  
Uelisson de Carvalho Sedano  
Claudia Marcia S. Milão Cardoso  
Anita Santoro  
Oseas da Silva Nogueira  
Argy de Lima Santana  
Ana Vitória Pires Pereira

**Suplentes:**

- 1 - Oseias da Silva Nogueira
- 2- Gilberto Rodrigues Knust
- 3- Henrique de Alcantara Paciello